



O ALUNO SURDO NA ESCOLA REGULAR: PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS NA VISÃO DE PROFESSORES E COORDENADORES.

Maria Dagmar de Andrade Soares

Universidade de Fortaleza- UNIFOR
Mestrado em Saúde coletiva
dagfono@unifor.br)

Maria Vieira de Lima Saintrain

Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Mestrado em Saúde Coletiva
mariavieira@bol.com.br)

Rosângela Augusta da Silva

Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Mestrado em Saúde Coletiva
rosangelaugusta@yahoo.com.br)

Introdução

Em junho de 1994, é assinada a Declaração de Salamanca que proclama a escola regular inclusiva para o combate à discriminação, garantindo os direitos educacionais, acolhendo a toda a criança independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e lingüísticas. A política evidenciada por esta declaração foi adotada na maioria dos países e inspirou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (BRASIL, 1996).

No entanto, as diretrizes oficiais e discussões sobre a integração/inclusão de surdos mostram ambigüidades e indefinições. Reconhecem por um lado o uso da língua de sinais como direito e como forma de garantir melhores condições de escolarização, entretanto, são vagas as recomendações para a escola regular e seus professores, não ficam especificadas as diretrizes no sentido de oportunizar a construção de uma condição bilíngüe do



surdo ou de oferecer um ensino que em algum aspecto, seja desenvolvido por meio de língua de sinais. (SILVA E PEREIRA, 2003).

Outro ponto que vale ser ressaltado é o uso indiscriminado da palavra surdez a qualquer perda auditiva, não se evidenciando as distinções quanto ao tipo, grau da perda, uso ou não de aparelhos de amplificação sonora individual – AASI, se o indivíduo é ou não oralizado, ou seja, não se leva em conta as especificidades da surdez que também influenciam diretamente as formas de aprendizagem, sendo condicionante para se estabelecer estratégias educacionais eficazes.

Tornando a educação de surdo um assunto inquietante, principalmente porque diferentes práticas pedagógicas, envolvendo os alunos surdos apresentam limitações. Machado (2006) relata que há os que defendem a escola integracionista/inclusiva, por entender a escola como um espaço de consenso e de tolerância para com os diferentes. Sendo a experiência do surdo no cotidiano escolar, ao lado dos colegas ouvintes, vista como elemento integrador.

Os que não concordam com esta posição, fundamentam-se no reconhecimento político da surdez como característica cultural específica de um grupo social. Eles preconizam que o surdo é um mero participante de programas educacionais voltados para ouvintes, sem qualquer participação e, portanto, o modo de viver: a cultura, a língua, as necessidades e os interesses da comunidade surda não são levados em conta.

Dorziart (2004) alerta que apesar da integração ser um aspecto importante na vida escolar, a função maior da escola é promover aprendizagem, ou seja, não se trata de incluir para garantir o direito constitucional de igualdade



educacional. A questão principal é garantir a essas crianças o acesso e a permanência na escola com qualidade.

Pois só a convivência como vem acontecendo nas escolas observadas, não vão garantir aos surdos, no futuro, melhores chances no mercado de trabalho, ao contrário, pois uma pessoa frustrada e/ou fragilizada pelas condições educativas de aprendizagem dos conteúdos curriculares, e com poucas vivências cidadãs, dificilmente será bem sucedida, na vida pessoal e profissional.

Diante de tantas contradições os pais das crianças surdas atendidas no Núcleo de Assistência Médica Integrada (NAMI), da Universidade de Fortaleza, através da disciplina Re(habilitação) do Surdo II, trazem diariamente dúvidas e inquietações quanto a escolaridade dos seus filhos. Entre as queixas mais comuns estão: a atuação dos professores; a falta de conteúdos condizentes com a escolaridade e a idade cronológica de seus filhos, visto que muitos estão fora de faixa e apresentam dificuldades de leitura e escrita; as condições físicas da sala, que são na maioria abertas e próximas a áreas de recreação, além de numerosas.

Silva e Baraúna(1992): observaram que as crianças surdas ao serem inseridas em classes regulares com professores ouvintes, sem formação adequada, acabam não se desenvolvendo a contento, pois ficam restritas apenas ao universo ouvinte, sem uma identificação com seus pares, além de não se desenvolverem satisfatoriamente nos campos afetivos, cognitivos e sociais. Conseqüentemente acumulam fracassos, rebaixam sua auto-estima e, com baixa resistência a frustrações, tornam-se nervosas e agressivas.

Os fatos acima relatados, não são aqui utilizados para ilustrar o descrédito no processo de inclusão, ao



contrário, pois como foi colocado por Monteiro (2006) o princípio da Escola para Todos se apóia no respeito às diferenças, no apelo à democratização do ensino e à igualdade de oportunidades para todos, porém é fundamental uma revisão quanto ao papel da escola neste início do terceiro milênio, com vistas à construção de um sistema de educação adequado a tais princípios sociais, processo que se sustenta em mudanças sociais que também expressam essas diretrizes.

É preciso, portanto, avançar com a escola inclusiva, entendendo que essa prática se baseia na aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa e aprendizagem por meio da cooperação, sendo necessário a escola rever o seu papel, seu currículo, suas concepções, porém isso não deve significar uma imposição – como a política oficial de integração/ inclusão, mal trabalhada e imposta de cima para baixo – mas um resultado da transformação do ensino. (MIORANDO – 2006).

Machado (2006), conclui que, no processo de inclusão, cabe à escola se adaptar às condições dos alunos e não os alunos se adaptarem ao modelo da escola. Infere-se, portanto, que a inclusão exige ruptura no atual sistema educacional, pois estabelece o acesso à escola sem discriminações, sem excluir ninguém do infinito significado do conceito de educar.

Enfim, o objetivo maior deste trabalho é ouvir professores e coordenadores sobre o processo de inclusão, identificando seus pontos positivos e negativos, suas dúvidas, seus avanços, suas sugestões para fomentar esta discussão e a partir deste, poder contribuir para esta transformação no ensino e na aprendizagem efetiva do surdo.



Metodologia

Trata-se de um trabalho com abordagem qualitativa. Realizado no primeiro semestre de 2008.

Os sujeitos das pesquisas são professores e coordenadores de escolas regulares inclusivas, que tenham em suas salas alunos atendidos no Núcleo de Assistência Médico Integrada da Universidade de Fortaleza (NAMI – UNIFOR), no setor de fonoaudiologia.

Cabe ressaltar, que todas as crianças atendidas neste setor, fazem uso de Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), e realizam acompanhamento fonoaudiológico duas vezes por semana, são na sua maioria oralizadas e possuem perdas auditivas do tipo neurosensorial bilateral com graus que variam de moderada a profunda, sendo, portanto, um grupo homogêneo quanto ao acompanhamento realizado e heterogêneo quanto às especificidades da surdez.

Foram ao todo oito escolas visitadas, sendo seis da rede pública e duas da rede privada de ensino. Em cada escola foi entrevistado o professor específico do aluno atendido no NAMI-UNIFOR e o coordenador. No total de 16 entrevistas.

As entrevistas foram semi-estruturadas e continham as seguintes perguntas aos professores: qual a sua opinião sobre a inclusão? (pontos positivos e negativos), quais estratégias estão sendo adotadas para facilitar o processo ensino-aprendizagem do aluno surdo? O que você considera necessário para melhorar sua prática docente junto ao aluno surdo? Quais as reações dos alunos ouvintes em relação ao aluno surdo? Como você estabelece a comunicação com o aluno surdo?



Para os coordenadores as questões elaboradas foram às seguintes: qual a sua opinião sobre a inclusão? (pontos positivos e negativos), quais estratégias estão sendo adotadas pela escola para facilitar o processo ensino-aprendizagem do aluno surdo? Quais as adaptações físicas e acústicas que a escola considera necessária para o trabalho com o aluno surdo? Como a escola estabelece a comunicação com o aluno surdo?

Os dados obtidos em cada pergunta foram agrupados e analisados a fim de levantar o perfil atual da inclusão do surdo a partir dos relatos dos professores e coordenadores.

Resultados e Discussão

Ao serem apontados os pontos positivos e negativos da inclusão, professores e coordenadores convergiram suas opiniões, apontando a integralidade como a principal vantagem da inclusão, porém, segundo eles a dificuldade de linguagem do surdo é um grande empecilho ao sucesso da inclusão, conforme ilustrado nos depoimentos abaixo;

Na minha opinião no modelo que está sendo feito hoje, não está sendo uma coisa muito viável e nem muito válida, fica complicado você pegar uma criança que não conhece a sua própria língua, já incluir numa sala com ouvintes que tem uma língua própria, uma língua diferente. E essa criança como é que vai aprender? que língua ela vai desenvolver, se ela não conhece nem a dela e nem a do outro que para ela é uma língua estrangeira. Que tipo de interação e inclusão vai haver nesta sala de aula, se ninguém compartilha a mesma língua? O professor não compartilha a língua dessa criança, os amigos



não compartilham a língua dessa criança e vice-versa. (coordenador)

Quando a gente fala em inclusão para os surdos, hoje a gente já pensa em um nível maior, que seja feita no ensino médio, onde já são adultos, já adquiriram a língua de sinais, e pelo menos já tem um intérprete na sala de aula para fazer a mediação. Mas na educação infantil e no ensino fundamental, pelo amor de DEUS é um massacre... da forma que está sendo imposta é preocupante, é preciso pensar, pois ao invés de estarmos incluindo, nós podemos estar segregando. (professor)

Para Machado (2006), a questão não está em recusar, a priori, tentativas de inserção dos excluídos na escola. Mas para ele se superficializa a temática sobre o processo de integração/inclusão do surdo na escola regular, quando se limita o que sejam as ações necessárias para sua integração/inclusão, ao fato de colocá-los fisicamente nas escolas regulares.

Outro ponto que vale ser ressaltado é que tanto professores como coordenadores citaram a importância da língua de sinais e de intérpretes a fim de facilitar a aprendizagem do surdo em escolas regulares, porém em nenhuma das escolas visitadas este profissional foi encontrado, e aos professores quando foram perguntados sobre as estratégias que estão sendo utilizadas para facilitar o processo ensino-aprendizagem do aluno – surdo todos citaram estratégias ligadas ao oralismo, tais como: falar de frente, falar mais devagar, falar perto ou fazer uso de gestos representativos para se fazer entender, porém eles não sabem LIBRAS e os que referiram algum conhecimento, dizem que este é superficial e restrito a alguns sinais ou ao alfabeto digital.



Durante as entrevistas, um dos professores falou que não sabia que o seu aluno era surdo, pois como ele falava, ele pensou que a dificuldade fosse só leitura e escrita, como outras crianças que estavam na sala, por isso nenhuma estratégia em especial havia sido adotada.

Skliar (1998): discute que são impróprias as três justificativas atribuídas ao fracasso escolar dos surdos, ou seja, aquelas que o relacionam aos próprios alunos surdos, aos professores ouvintes e aos métodos de ensino. Segundo esse autor, o fracasso escolar não é fracasso do surdo, é "... fracasso da instituição-escola, das políticas educacionais e da responsabilidade do Estado [...] A educação dos surdos não fracassou, ela apenas conseguiu os resultados previstos em função dos mecanismos e das relações de poderes e saberes atuais..."

Os relatos dos participantes permitem inferir o despreparo dos professores para lidarem com os alunos surdos. Isso pode ser observado pela ausência de procedimentos metodológicos que privilegiassem a experiência visual do surdo no processo de ensino e aprendizagem. Mediante esses depoimentos, percebe-se que a simples inserção do aluno surdo na escola regular não provoca mudanças nas atitudes dos professores, diferentemente do que vem sendo discutido nas propostas de integração/inclusão. Providências, nesse sentido, são prioritárias, frente à obrigatoriedade dessa proposta educacional ao aluno surdo.

Quanto às estratégias adotadas pela escola para facilitar o processo ensino-aprendizagem do surdo, algumas escolas falaram que estão investindo em capacitação dos professores realizando palestras e pedindo informações aos outros profissionais que atendem a estas crianças; outra relatou ter adquirido alguns jogos sonoros



para estimular a audição, porém algumas admitem que nada mudou.

O tratamento é o mesmo para todas as crianças, não tem uma prova ou trabalho diferente, é tudo igual. (coordenador).

Com relação à estrutura física e acústica comprovou-se que a surdez não sucinta a necessidade de adaptações por parte das escolas.

não é necessário muitas adaptações, porque ele usa apenas aparelho, se fosse uma criança com outra deficiência, como cadeirantes, então teríamos de fazer modificações (coordenador).

Durante a observação muitas escolas estão com salas acusticamente desfavoráveis à aprendizagem do aluno surdo, pois são abertas e localizadas perto de quadras e espaços de recreação. Não há nenhum conhecimento em relação ao uso do sistema de FM a fim de facilitar a comunicação entre o professor e o surdo.

A forma de comunicação utilizada com o aluno surdo é a linguagem oral, às vezes, facilitada por gestos, articulação exagerada e diminuição do ritmo de fala ou complementada com a escrita.

Eu falo sempre de frente para ele, repito mais devagar quando ele não entende... não tem uma coisa muito diferente do que eu faço com os demais, ele é tratado do mesmo modo dos outros (professor).

Para Monteiro (2006): os surdos brasileiros ainda não viram definido algo que promova mudanças favoráveis significativas para suas vidas, em relação à qualidade dos intérpretes de LIBRAS e dos professores ouvintes que trabalham para os surdos e à falha na formação dos



professores surdos e professores ouvintes que atuam nas escolas inclusivas e universidades.

Segundo este autor, ainda estamos bem distante do que realmente seria inclusão, pois a proposta governamental brasileira é colocar o sujeito surdo na sala de aula com professores sem capacitação para trabalhar com surdos, com isso, muitos surdos concluem o ensino médio sem saber escrever sequer um bilhete.

Ao término deste trabalho constata-se serem procedentes as inquietações dos pais em relação à escola inclusiva, pois há um longo caminho a ser percorrido até que ela seja uma realidade, porém algo deve começar a ser feito, ouvindo todos os atores que estão inseridos neste processo, corpo docente, comunidade surda, pais, profissionais, escola e governo, a fim de encontrar o melhor caminho para efetiva aprendizagem do surdo e sua inserção real na sociedade.

Incluir é muito mais do que colocar crianças em escolas regulares. É na verdade mudar as escolas para torná-las responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar a todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para bem ensiná-las. A Educação não é o amanhã, pois o amanhã ainda está por vir, ela é o hoje, o agora e urge por mudanças já.

Conclusão

A análise dos dados evidenciou que os professores e as escolas regulares não estão devidamente preparados para receber o aluno surdo. Na prática, a inclusão só



está existindo no papel e os alunos são tratados como excluídos, o que é evidenciado pelo baixo rendimento escolar dos mesmos.

Em síntese, compreende-se que, no processo de inclusão, cabe à escola se adaptar às condições dos alunos e não os alunos se adaptarem ao modelo da escola. Infere-se, portanto, que a inclusão exige ruptura no atual sistema educacional, pois estabelece o acesso à escola sem discriminações, sem excluir ninguém do infinito significado do conceito de educar.

Bibliografia

Dorziat.A. Educação de Surdos no Ensino Regular: inclusão ou segregação? Revista do Centro de Educação Especial, n – 24,2004.

Machado, P.C. Integração/inclusão na escola regular: um olhar do egresso surdo.Em: Quadros,R.M.(org):*Estudos Surdo I*,série pesquisas. (PP.38 a 75).Rio de Janeiro,Ed:Arara Azul.2006.

Miorando.T.M. formação de professores surdos: mais professores para a escola sonhada Em: Quadros, R.M. (org): *Estudos Surdo I*,série pesquisas.(PP.76 a 109). Rio de Janeiro, Ed: Arara Azul.2006.

Ministério da educação e do Desporto (1994). Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em educação especial. (art.19).

Monteiro, M.S. Histórias dos Movimentos dos Surdos e o reconhecimento da LIBRAS no Brasil.ETD – Educação Temática Digital, Campinas,v.7, n.2, p.279-289, jun.2006.



Skiliar, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e educação dos surdos. Em: C.Skiliar(org), *educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial*. (pp105-153). Porto Alegre: mediação, 1997.

Silva. L.C.da e Baraúna.S.M. A inclusão escolar do surdo: algumas reflexões sobre o cotidiano investigado. Revista da FAEBA, (PP 55 a 68)1992.

Silva. A.B.PS e Pereira, M.C.C. O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor. Psicologia teoria e pesquisa, mai-ago,2003,vol 19,n-2,PP 173-176.